MONUMENTUM

TJDFT – Primeira Vice-Presidência – SGIC – NUAMI – Ano IX, nº 52, jan/fev de 2019

Os Três Mosqueteiros:
juízes do 1º concurso da magistratura do TJDFT

*Nesta edição, o **Informativo Histórico Monumentum** traz para seus leitores a história do primeiro concurso para carreira da magistratura realizado pelo TJDFT na nova capital. Narra, também, fatos históricos e biográficos sobre os 3 desembargadores do TJDFT, que, por meio da aprovação nesse concurso, tomaram posse no cargo de Juiz de Direito Substituto, carinhosamente apelidados de Os Três Mosqueteiros, em referência ao cânone literário do romancista francês Alexandre Dumas, foram eles: Mário Dante Guerrera, Waldir Meuren e Jorge Duarte de Azevedo.*

O Edital do concurso foi publicado ainda em 1960, ano da inauguração de Brasília, e visava o preenchimento dos cargos não ocupados pela transferência facultativa que fora oportunizada aos magistrados dos outros Estados da Federação para compor o *quorum* de desembargadores e juízes previsto na primeira Lei de Organização Judiciária do DF – Lei nº 3.754, de 14/4/1960[1]. Assim, concluído o período para solicitar transferência, abriu-se concurso para as três vagas remanescentes do cargo de Juiz de Direito. Em 31 de outubro de 1960, o Diário Oficial, na Seção I, dava conhecimento aos interessados da íntegra do Regulamento que regia o certame. Em 53 artigos, as normas do concurso estabeleciam as seguintes fases: I) apresentação de títulos, II) comprovação de requisitos de idoneidade moral; e III) prestação de provas intelectuais.

Era necessário, como critério de admissão da inscrição, a apresentação de 21 proposições datilografadas, consistentes nas conclusões de 3 teses sobre as 7 principais disciplinas jurídicas (Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Comercial, Direito Penal, Direito Judiciário Civil e Direito Judiciário Penal); além dos títulos demonstrativos da capacidade jurídica e intelectual, pontuando, também, trabalhos escritos sobre temas diversos, demonstrativos de "cultura geral", diferentemente dos concursos realizados atualmente.

Faziam parte da Comissão de Concurso: Desembargador Cândido Colombo Cerqueira (Presidente da Comissão); Desembargador Joaquim de Sousa Neto; Desembargador Raimundo Ferreira de

1 Por essa lei, a magistratura da nova Capital ficou composta por sete desembargadores, seis juízes titulares, cinco juízes substitutos, e seis varas: uma vara cível, duas varas de fazenda pública, uma vara de família, órfãos, menores e sucessões, duas varas criminais.

Macedo; Dr. Leopoldo César de Miranda (advogado da OAB/DF); Dr. Décio Meireles de Miranda (advogado da OAB/DF) e Manoel Fernandes Pinto Filho (Auxiliar Judiciário – Secretário).

No total foram recebidos 28 requerimentos de inscrição, sendo que 6 foram indeferidos liminarmente, sob o aspecto formal, com base no art. 8º do Edital:

> Art. 8º - O Presidente do Tribunal de Justiça indeferirá liminarmente, o pedido de inscrição: I – que não estiver instruído com os documentos enumerados no art. 5º; II – desacompanhado de títulos (§ 1º do artigo 6º); III – de que não conste a indicação prescrita no parágrafo único do art. 4º.

Dentre as inscrições indeferidas liminarmente estava a da única mulher que submeteu requerimento, Lourdes Maria Celso Valle. Os documentos apresentados pelos 22 candidatos que tiveram inscrição homologada foram distribuídos aos membros da Comissão para análise do "mérito" de seus trabalhos e títulos.

Em 11 de maio de 1961, o jornal Correio Braziliense noticiava a realização do primeiro concurso para a magistratura da nova capital, em matéria intitulada "Novos juízes para o DF". O texto redigido pelo repórter Pinto Filho descreveu detalhadamente a fase das provas orais, última etapa do concurso. Sua narrativa enfoca principalmente o aspecto psicológico do cenário da prova. Segundo o repórter, apenas 12 candidatos conseguiram vencer os obstáculos anteriores, demonstrando à Comissão possuírem condições para "atingir ao bico do funil, por onde deveriam passar os futuros juízes da egrégia Corte de Justiça da capital da República, ponto de partida para os mais altos postos da magistratura do país".

Detalhes trazidos pelo jornalista:

> Nem o ar bondoso, nem o sorriso amável do desembargador Raimundo Ferreira de Macedo, que inicia o exame convidando o candidato a defender as suas teses de Direito Constitucional, conseguem aliviar-lhe o evidente nervosismo. Decorridos os quinze minutos regulamentares, defronta-se com a gentileza do advogado Leopoldo Cesar de Miranda Lima, argüente de Direito Administrativo. Mais quinze minutos e volta-se, então, para a serena frieza do desembargador Márcio Ribeiro, para a prova de Direito Civil, ao qual retornará mais tarde, em Direito Judiciário Civil. Em seguida, encara a formalidade elegante do advogado Ruy Cesar Nunes Pereira, argüente de Direito Comercial, seguindo-se Direito Penal e, por último, Direito Judiciário Penal, quando precisar de máxima clareza de raciocínio para não ser envolvido pela astuciosa argüição do desembargador Joaquim de Souza Neto.

Ao final dos 4 dias de duração das provas orais foi realizada sessão pública solene para apuração das notas e proclamação do resultado. Dos 12 finalistas restaram apenas 4 aprovados. Em primeiro lugar Mário Dante Guerrera, em segundo Waldir Meuren, Jorge Duarte de Azevedo em terceiro e Danton Pinheiro de Andrade Figueira na quarta posição. Tendo em vista haver somente 3 vagas, o quarto aprovado não chegou a tomar posse como Juiz de Direito Substituto do TJDFT. Um dado interessante é que todos os 4 exitosos formaram-se na Nacional de Direito, antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desembargador Mário Dante Guerrera

Nascido em 8 de janeiro de 1932, no Rio de Janeiro, o desembargador Mário Dante Guerrera formou-se Bacharel em Direito em 1948. Antes de se tornar magistrado foi auditor interino da Caixa de Amortização do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, anteriormente à transferência da Capital Federal para Brasília. Foi nomeado Juiz de Direito Substituto do TJDFT em 10 de maio de 1961, sendo, por antiguidade, o primeiro juiz concursado desta Casa de Justiça. Em 12 de outubro de 1965 foi promovido a Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e, em 10 de abril de 1969, foi promovido, por merecimento, a desembargador. Eleito Presidente do TRE-DF para o biênio 1974/75 e Vice-Presidente e Corregedor do TJDFT para o biênio 1976/78. Aposentou-se no cargo de desembargador em 24 de agosto de 1981 e faleceu em 4 de julho de 1997.

Em seu discurso de posse como Desembargador do TJDFT[2], proferiu belas palavras comparando sua carreira jurídica à navegação marítima:

> Dobrei sucessivos e aparentemente invencíveis Cabos das Tormentas e, por fim, contornando o anelado Promontório da Boa Esperança, lancei âncora em Porto Seguro, menos à custa da perícia do capitão e mais por obra dos desígnios do Criador, aos quais, nós míseros homens, pretendemos, muitas vezes, nos sobrepor, obliterados pela vaidade, siderados pelo delírio do poder e pelo orgulho sicário da bondade. Estamos no mesmo barco, Nau Capitania da Justiça do Distrito Federal, navegando a velas pandas.

Desembargador Waldir Meuren

Natural do Rio de Janeiro, nascido aos 13 dias do mês de novembro de 1929, o desembargador Waldir Meuren formou-se em Direito em 1952 e posteriormente cursou Administração Pública e de Empresas na AEUDF, após se mudar para Brasília. Ingressou na magistratura do TJDFT em 10 de maio de 1961 e tornou-se Juiz Titular em 30 de março de 1967. Foi promovido a desembargador por antiguidade em 9 de dezembro de 1976. Ocupou a Vice-Presidência do TRE-DF durante o biênio 1979/80 e elegeu-se para o cargo de Corregedor do TJDFT para o biênio 1980/1982. Aposentou-se no cargo de Desembargador a partir de 23 de setembro de 1987 e faleceu em 15 de dezembro de 1994.

2 Acesse aqui.

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1961

NOVOS JUIZES PARA O DF

PINTO FILHO

Desembargador Jorge Duarte de Azevedo

O Desembargador Jorge Duarte de Azevedo, primeiro juiz titular da Vara da Infância e da Juventude, nasceu em 14 de julho de 1926, também no Rio de Janeiro. Antes de vir para Brasília, trabalhou no Ministério da Viação e Obras Públicas, foi Promotor Público do Estado do Espírito Santo de 3/9/1952 a 3/1/1956 e Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo de 4/1/1956 a 28/5/1961. Tomou posse como Juiz Substituto do TJDFT em 1961, sendo promovido ao cargo de Juiz Titular em 1967. Chegou a desembargador, por merecimento, em 19 de março de 1974. Foi Presidente do TRE-DF no biênio 1979/81. Aposentou-se no cargo de Desembargador no dia 25/8/1981, mas ainda exerceu cargo em comissão, como Assessor Especial da Presidência do Conselho de Justiça Federal, de 1999 a 2002. Faleceu em 17 de abril de 2017.

HISTÓRIA ORAL

O desembargador **Jorge Duarte**, com quase 82 anos, concedeu entrevista ao **Programa História Oral do TJDFT**[3], em 17/03/2008, compartilhando muitas histórias interessantes sobre os primeiros anos da Justiça no Distrito Federal. Ele foi entrevistado pela saudosa desembargadora Maria Thereza de A. Braga Haynes, pelo desembargador Hermenegildo Gonçalves Fernandes e pelo juiz de Direito Sebastião Rios. O Informativo Histórico Monumentum selecionou pequenos trechos dessa memorável entrevista:

Juiz Sebastião Rios – Desembargador Jorge, (...) Então nós gostaríamos de saber qual foi a sua experiência de sair, nós sabemos que você saiu lá do Estado do Espírito Santo para ser Juiz de Direito lá em uma Comarca no interior do Estado, para assumir aqui o cargo de Juiz Substituto no Distrito Federal. Conte para nós um pouco como foi essa experiência, quais foram as sensações, o que foi que representou essa mudança de sair de uma cidade do interior do Espírito Santo e vir para uma cidade que ainda nem estava completamente acabada, terminada.

Des. Jorge Duarte de Azevedo – (...) Quando dá primeira notícia de Brasília, do encanto que Brasília poderia ter para mim, foi assistindo um filme lá em Vitória/ES, com a minha filha Denise. E quando apareceu na tela o jornal com uma reportagem sobre o início de Brasília, os primeiros prédios, a construção, a minha filha levantou-se com entusiasmo e disse: Que bonito! E, essa reação dela foi uma coisa muito importante para mim. Porque eu não acreditava, de início, que se pudesse constituir uma cidade do nada, como foi feito, e tinha umas reservas quanto à efetivação de Brasília. Mas aconteceu que com o correr do tempo, eu fui sentindo que Brasília iria se tornar mesmo uma realidade e tive o cuidado de pedir remoção para a Comarca de Anchieta. Uma Comarca vizinha à Guarapari, que tinha muito pouco movimento, tranquila, e que nela eu podia me preparar para fazer o primeiro concurso que houvesse para Brasília. E assim foi feito...

Eu fiz o concurso em 1961, mas em 60, eu vim aqui conhecer Brasília. Estive com os colegas aqui, principalmente com o Desembargador Raimundo Macedo, e ele me contou que a Lei que permitia a transferência de juízes de outros Estados para cá, ela estava deixando de ser aplicada, já tinha sido utilizada, mas o Tribunal ia abrir um concurso, e essa idéia do concurso já me deixou satisfeito aqui, e eu voltei para o Espírito Santo com o propósito de me preparar para o concurso. E tive a felicidade de ser aprovado e ser nomeado dentro das três vagas, eu fui o terceiro. O Desembargador Mario Dante Guerrera obteve o primeiro lugar, o Desembargador Waldir Meuren o segundo, eu o terceiro e um colega meu de turma, da Nacional de Direito, Danton Andrade Figueira, foi o quarto colocado, mas como eram três vagas, o Presidente Jânio Quadros deu preferência à ordem de antiguidade, nomeou os três primeiros e o colega ficou aguardando, mas o concurso prescreveu sem que surgissem novas vagas. Ele foi aproveitado na Procuradoria da Guanabara, e ficamos os três aqui, **os três mosqueteiros** (risos).

3 Acesse esta e outras entrevistas aqui.

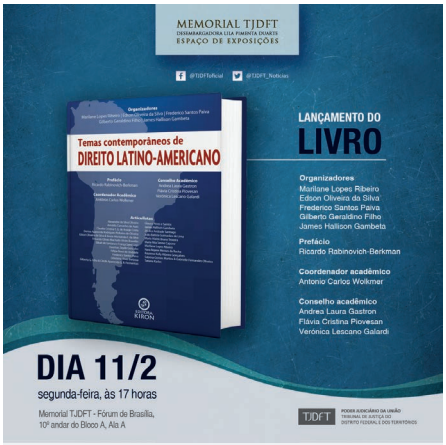
Seleção 2019

EXPOSIÇÕES E LANÇAMENTOS DE LIVROS

Inscrições abertas

MEMORIAL TJDFT

ESPAÇO DESEMBARGADORA LILA PIMENTA DUARTE



Eventos do Memorial TJDFT

11/2/2019

Lançamento de livro

Temas Contemporâneos de Direito Latino-Americano

» Organizadores: Marilane Lopes Ribeiro, Edson Oliveira da Silva, Frederico Santos Paiva, Gilberto Geraldino Filho e James Hallison Gambeta

Nessa obra coletiva os organizadores unem-se a outros 21 articuladores, alunos do Programa de Doutorado da Universidade de Buenos Aires – UBA, entre eles o desembargador Arnoldo Camanho de Assis, para publicar artigos sobre assuntos variados ligados à área do Direito.

Acompanhe o calendário de exposições e o acervo digital do Memorial TJDFT, clique aqui e acesse.

O Memorial TJDFT funciona no Fórum de Brasília, Bloco A, 10º andar, Ala A e encontra-se aberto para visitações de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h – público externo e interno.

FONTES DE PESQUISAS:

Página do Memorial no site do TJDFT

Biblioteca Nacional Digital do Brasil

EXPEDIENTE

Des. Romão C. Oliveira
Presidente

Desa. Sandra De Santis
1ª Vice-Presidente

Desa. Ana Maria Amarante
2ª Vice-Presidente

Des. Humberto Ulhôa
Corregedor

Núcleo de Apoio à Preservação da Memória Institucional – NUAMI
Conteúdo e Redação

Assessoria de Comunicação Social – ACS
Projeto Gráfico e Diagramação